

Rosa Weber lançará a primeira Constituição em língua indígena

A presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Rosa Weber, lançará a primeira tradução oficial da Constituição Federal em língua indígena nesta quarta-feira (19/7), em São Gabriel da Cachoeira (AM). A ministra Cármen Lúcia também participará do evento, que integra uma série de atividades das magistradas no estado dedicadas aos povos originários.

Fellipe Sampaio/STF



Presidente do STF e do CNJ, Rosa Weber vai participar de solenidade de lançamento da primeira Constituição em língua indígena
Fellipe Sampaio /SCO/STF

A tradução da Constituição foi feita por indígenas bilíngues da região do Alto Rio Negro e Médio Tapajós, na língua nheengatu, conhecida como o tupi moderno.

A iniciativa visa a promover os direitos dos povos indígenas no marco da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas. Busca também cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da Agenda 2030, que tem como finalidade promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O projeto foi feito em parceria com o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Amazonas, e conta com o apoio institucional da Fundação Biblioteca Nacional e da Academia da Língua Nheengatu.

"A nossa Constituição Cidadã de 1988 expressa os anseios da sociedade brasileira, em sua pluralidade e diversidade, formada ao longo dos séculos por grupos sociais das mais variadas origens étnicas, que lograram resistir à colonialidade e à escravidão. Ao traduzir a nossa Lei Maior ao idioma nheengatu, preservado por inúmeras comunidades distribuídas por toda a Região Amazônica, buscamos efetivar a igualdade em sentido substantivo, assegurando o acesso à informação e à Justiça e permitindo que os povos indígenas conheçam os direitos, os deveres e os fundamentos éticos e políticos que dão sustentação ao nosso Estado democrático de Direito", afirmou a ministra Rosa Weber.

Agenda



Após o lançamento da Constituição Federal na língua nheengatu, a presidente do STF participará da sanção da Lei Estadual de Cooficialização das Línguas Indígenas e da instituição da Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas no Estado do Amazonas. Em seguida, ela receberá o 1º Protocolo de Consulta da Federação das Organizações dos Povos Indígenas do Rio Negro, na Maloca da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

À ministra será apresentada, na sede do Instituto Socioambiental (ISA), a "Carta de São Gabriel da Cachoeira", documento que será levado para análise do Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi). Ela participará ainda de uma roda de conversa com indígenas comunicadores da Rede Wayuri.

No Amazonas, a ministra vai inaugurar os escritórios sociais de São Gabriel da Cachoeira, Maués e Parintins, espaços multisserviços para atendimento a pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, em particular indígenas que tenham vivenciado a experiência do cárcere.

Por fim, participará de reunião com as lideranças indígenas Yanomami na Aldeia Maturacá. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Meta Fields